



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4000466-23.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Multas e demais Sanções**
 Requerente: **ISIS DAIANE Malfatti**
 Requerido: **ESTADO DE SÃO PAULO e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária, proposta por **ISIS DAIANE Malfatti** contra o **ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que a cobrança de IPVA, relativa aos exercícios de 2011/2013, bem do seguro DPVAT, dos anos de 2012 e 2013 e da taxa de licenciamento é indevida, uma vez que, no ano de 2005, se envolveu em um acidente de trânsito, que ocasionou a perda total do veículo, tendo havido o pagamento das parcelas do financiamento até a sua quitação, sendo certo que manteve, por cinco anos, as sobras do automóvel, em terreno de sua residência, retirando peças para revenda, ficando somente a carcaça, que foi negociada com um ferro velho.

Citado, o Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 26/45). Alega, preliminarmente, a sua ilegitimidade passiva e falta de interesse processual. No mérito, afirma que a baixa do veículo e o pagamento dos tributos são de responsabilidade da autora e que não há provas de que tenha havido a perda total do veículo.

O processo foi saneado (fls. 57/59), tendo sido afastadas as preliminares e designada audiência de instrução, cuja prova foi colhida a fls. 79/80, tendo as partes reiterado as suas manifestações.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido merece acolhimento.

As testemunhas ouvidas em audiência comprovam que houve a perda total do veículo no sinistro no qual se envolveu. Reforça, também, a tese da autora, o Boletim de Ocorrência de fls. 11/13.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Sendo assim, inexistente o seu fato gerador, que justifique a cobrança dos tributos, pela perda da posse do bem.

De fato, a legislação vigente à época previa como hipótese de isenção do tributo a sua perda total por sinistro.

Ressalte-se, contudo, que, diante da não comunicação da perda total ao órgão de trânsito, não são devidos os honorários advocatícios, já que a administração não foi formalmente comunicada, de forma a evitar a cobrança.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido, declaro a inexigibilidade dos débitos cobrados, bem como dos vincendos, relativos ao IPVA, DPVAT e licenciamento sobre o veículo Fiat, modelo Tempra, Placa BUJ-9471, RENAVAM 00628180365, ano 1994, à época pertencente à Cia Leasing de Arrendamento Mercantil. Em consequência, determino que se oficie ao DETRAN, informando a perda total do veículo, em virtude de sinistro.

Não há condenação nos ônus da sucumbência, conforme justificado acima.

P R I

São Carlos, 03 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**